

Dívidas e pagamento de pessoal empobrecem estados

Gilberto Alves — 27/9/90

Odaíl Figueiredo

BRASÍLIA — Mais de dois terços da receita líquida dos estados vêm sendo gastos com o pagamento dos funcionários e de dívidas acumuladas. Os balanços financeiros referentes a 1990 de 22 estados, que só agora estão sendo concluídos, revelam que, apenas na administração direta, esses dois itens consumiram, em média, 73% da arrecadação líquida. Se fossem consideradas também as autarquias e fundações — cujas contas não são discriminadas nos balanços — a proporção seria ainda maior. Dados ainda preliminares em poder do Ministério da Economia sugerem que somente em poucos casos a situação melhorou ao longo de 1991.

“O pagamento do pessoal e as dívidas constituem os dois maiores problemas enfrentados pelas administrações estaduais”, diz o secretário da Fazenda Nacional, Luis Fernando Wellisch, autor da proposta de rescalonar por 20 anos as dívidas estaduais com o governo federal que, em conjunto, somam US\$ 57 bilhões. Em troca do refinanciamento da dívida, o governo quer que os estados adotem um rígido programa de controle das despesas, limitando os gastos com pessoal a 60% de suas receitas, e o pagamento das dívidas a 15%, incluindo nes-

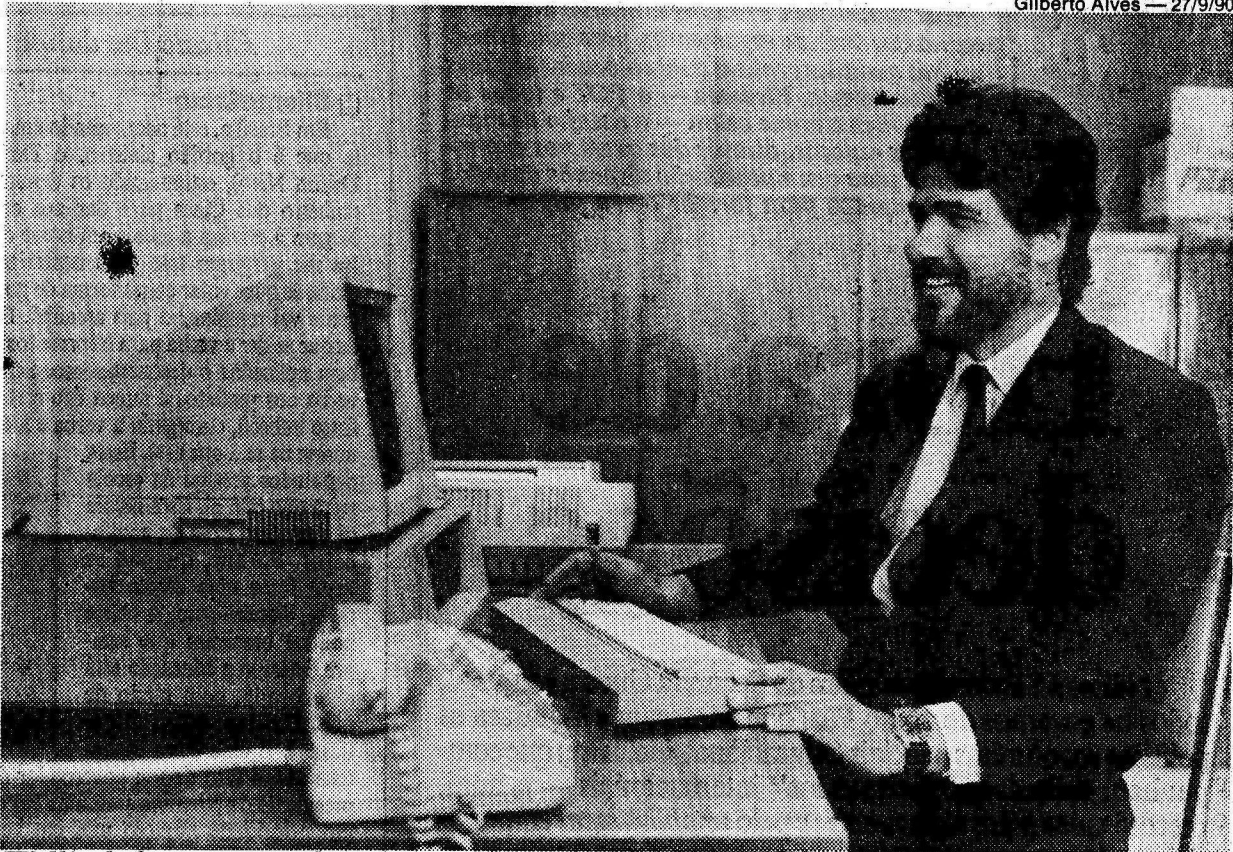
ses tetos as despesas da administração direta e indireta.

Os dados dos balanços indicam mas não revelam toda a difícil situação financeira dos estados. Os números se referem apenas ao que foi efetivamente desembolsado no ano, não computados os pagamentos que ficaram em atraso. São Paulo, o estado mais rico da federação, por exemplo, atravessou o último *reveillon* devendo parcelas de salários aos funcionários, embora o balanço fechado em dezembro registre que as despesas de pessoal não ultrapassaram 53% das receitas líquidas.

Da mesma forma, muitos estados encerraram o último exercício com grandes dívidas vencidas e não pagas. No final do ano passado, Minas Gerais tinha um passivo financeiro equivalente a 45% de suas receitas. A Paraíba rolou débitos no valor de 52% de sua arrecadação líquida. A proporção atingiu 60% em Mato Grosso e 72% no caso de Goiás, o estado cujas contas estavam em pior situação no ano passado. O governo goiano consumiu 91% de sua receita líquida com o pagamento do funcionalismo e outros 29% com o serviço da sua dívida. Como os gastos superaram as receitas, o estado se endividou. O mesmo ocorreu com Mato Grosso, onde dívidas e pessoal superaram em 3% a arrecadação líquida.

Mesmo conseguindo dobrar a arrecadação, que passou de Cr\$ 12 bilhões, em março, para Cr\$ 25 bilhões, atualmente, o estado de Goiás ainda enfrenta dificuldades para gerir sua máquina administrativa. Em março, quando assumiu, o governador Íris Rezende (PMDB) encontrou uma legião de 144 mil funcionários com salários atrasados por cinco meses. Desde então, foram afastados 24 mil servidores com contratos vencidos e o governo iniciou um programa de pagamento dos atrasados.

Mas, mesmo com o aumento da arrecadação, sobram problemas. Ainda falta por em dia a folha de fevereiro e os 120 mil funcionários remanescentes estão recebendo com base nos vencimentos de novembro do ano passado — apesar da inflação de quase 200% do período. Um aumento aprovado pela Assembleia Legislativa em janeiro ainda não foi pago. Mesmo assim, a folha de pagamentos ainda consome quase toda a receita, exigindo Cr\$ 23,5 bilhões por mês. “Só estamos conseguindo liberar 4,5% da arrecadação para outras despesas, e mesmo assim aquelas inadiáveis, como combustível e a comida dos presos da penitenciária”, diz Antônio Dias Carneiro, chefe do núcleo geral de finanças do Estado.



Wellisch fez proposta de rescalonar por 20 anos as dívidas estaduais com a União

Crise persistiu com Collor

Apesar das medidas de enxugamento adotadas desde o início do atual governo, o setor público continuou aumentando seus gastos com pessoal no ano passado. Em 1989, último ano do governo Sarney, a União, os estados e os municípios consumiram o equivalente a 9,7% do Produto Interno Bruto (PIB) com a folha de funcionários. Em 1990, primeiro da era Collor, a cise persistiu e a conta subiu para 10,5% — o que corresponde a cerca de US\$ 37 bilhões.

A causa dessa elevação foi o comportamento das administrações estaduais e municipais, que, nos últimos cinco anos, praticamente dobraram suas folhas de pagamento. No ano passado, enquanto o governo federal iniciou um drástico programa de de-

missões e colocação de servidores em disponibilidade, os estados e municípios usaram boa parte dos recursos adicionais que passaram a receber da União, depois da aprovação da nova Constituição, em 1988, para pagar funcionários.

Em 1980, o governo federal transferia apenas 20% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para os estados e municípios. Em 1990, foram 47,2%. O funcionalismo estadual e municipal consumia 4,71% do PIB, em 1988, e passou a deter 6,86% no ano passado. No mesmo período, a folha de pagamento do governo federal passou de 3,21% para 3,63% do PIB.

A sangria dos cofres em 90

(em % da receita líquida)

Estado	Pessoal Financeiro	Dívidas	Passivo
Acre	73	5	20
Alagoas	60	8	10
Amapá	66	1	12
Amazonas	49	4	6
Ceará	40	18	12
D.Federal	28	1	4
E.Santo	36	6	17
Goiás	91	29	72
Maranhão	49	13	4
Mato Grosso	81	22	60
M.Grosso do Sul	67	27	-
Minas Gerais	68	17	45
Pará	53	2	3
Paraíba	89	10	52
Paraná	47	7	5
Pernambuco	58	5	-
R.G.Norte	74	15	43
R.G.Sul	75	18	—
Rondônia	88	3	39
Santa Catarina	70	26	22
São Paulo	53	10	15
Sergipe	44	6	4

Fonte: Balanços dos Estados